

# Educação em **Alerta**



Jornal Sintep-MT - Edição - Março de 2022

## **PISO É LEI!**

# Recomposição do PSPN em 2022 É de 33,24%



### **APOSENTADOS**

Encontro das Macrorregionais do Sintep-MT debate confisco e saúde dos aposentados da educação.

Página 04 e 05

### **DADOS PRELIMINARES**

Trabalhadores da educação opinam sobre o processo de atribuição de classe/aula na rede estadual 2022.

Confira Página 07

### **HERANÇA**

Qual a contribuição do governo Mauro Mendes para a Educação de Mato Grosso?

Confira Página 08

**EDITORIAL**

# Pela retomada das mobilizações de rua em MT

**P**assados cerca de dois anos desde a última edição do Jornal Educação em Alerta impressa, devido a pandemia a Covid-19, retomamos nossa divulgação, com a entrega dos exemplares para os trabalhadores da educação.

Nosso retorno se dá num cenário ainda pior do que o anterior, no que diz respeito ao desmonte da carreira e da educação pública. Mas em breve, em outubro, ocorrerá novas eleições majoritárias no Mato Grosso e no Brasil, possibilita avaliarmos a política do governo Mauro Medes e Bolsonaro.

Nossa luta, neste ano de 2022, é para que o governo estadual, bem como, as prefeituras, cumpram a legislação e mantenha a valorização salarial profissional estabelecida pela Lei 11.738/2008. Assegurar a recomposição de 33,24%, assegurada no Fundeb para 2022, após aumento do repasse do Valor Aluno/Ano, é uma obrigação, é um direito legítimo dos trabalhadores da educação.

Iniciamos o ano letivo de 2022 na rede estadual, com novos e velhos problemas. O pós-pandemia permanece conturbado nas escolas e fora delas. Aposentados e pensionistas com 14% dos salários confiscados, os profissionais da ativa iniciam as aulas diante de um caótico processo de atribuição de classe/

aula e os funcionários sem profissionalização, num crescente processo de precarização da carreira, com terceirizações. Porém, vem das redes municipais a inspiração para avançarmos.

Depois de dois meses do início do ano letivo, os educadores de vários municípios do estado deram um basta diante do descaso e disseram: "Se não nos pagar o que é devido e legal, não trabalharemos. A greve acontecendo em municípios, reacendeu o poder da classe trabalhadora, que só i enfrentamento traz melhores condições salariais e de trabalho.



**Valdeir Pereira, presidente do Sintep-MT**

## DROPS



### 8 M É MAIS DO QUE UM DIA

O mês de março continua com a pauta de reivindicações das mulheres. Em 2022 mobilizamos a sociedade brasileira e mato-grossense "Pela Vida das Mulheres! Por um Brasil, sem racismo, sem machismo, sem fome! (Coletivo de Mulheres urbanas e do Campo)

### LINGUAGEM NEUTRA

Prefeito de Sinop sanciona lei proibindo o uso de linguagem neutra nas escolas. Medida que além de ilegal é ineficaz, pois é impossível legislar sobre a língua e suas formas de expressão em nível municipal. A linguagem neutra ou inclusiva, consiste na utilização de pronomes e sujeitos neutros, como forma de romper com o binarismo masculino/feminino na língua (o/a).

### LIVRO DIDÁTICO MEC

Ainda é uma incógnita para os educadores que fim será dado aos milhares de livros didáticos enviados pelo MEC, já que o governo



estadual optou por gastar recursos com o Sistema Estruturado de Ensino, no qual entre os custos está a compra de apostilas. Enquanto isso, os livros didáticos enviados pelo MEC ficam amontoados nas bibliotecas escolares como material de apoio, ou seja, mais do mesmo.

### Lei das Cotas

Expira em agosto o prazo de validade da Lei 12.711 de 2012. O fim da Lei de cotas ameaça o retrocesso e a exclusão. A medida impulsionou a inclusão de estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita (realidade de 75% dos domicílios brasileiros), possibilitando uma parcela significativa da população autodeclarada preta, parda e indígena, o acesso ao curso superior.



### Lei 191/2022

Os servidores públicos, incluindo os da educação, sofrem um novo golpe aos direitos ligados a contagem do tempo de serviço, anuênios, triênios, quinquênios e licenças-prêmio. A lei complementar n° 191/2022 sancionada pelo presidente da República, em março, cancela esses direitos aos trabalhadores, como os da educação, que atuaram de forma presencial e home office, nos 18 meses da vigência lei 173/2020 (suspendeu direitos para equilíbrio das contas públicas, na pandemia). Ficam garantidos os direitos apenas aos servidores da Segurança Pública e da Saúde.



## EXPEDIENTE

**Informativo do Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso**  
 Rua Mestre João Monge Guimarães, 102 - Bairro Bandeirantes - Cuiabá-MT  
 Fone: (65) 3317.4300 - 0800.654343 - fax: 3317.4327  
 Site: www.sintep.com.br  
 Email: comunicacao@sintep.org.br

Presidente: Valdeir Pereira  
 Secretário de Comunicação: Gilmar Soares (Licenciado) e Edevaldo José Santos  
 Secretária-geral: Miriam Ferreira Botelho  
 Revisão: Maria Luiza Zanirato  
 Reportagem: Andressa Boa Sorte  
 Edição, redação: Roseli Riechelmann (MTB 24400)  
 Editoração Eletrônica: Gonçalo Arruda  
 Fotos: Divulgação e Sintep/MT

## Campanha Salarial

# Trabalhadores da educação estão na luta por valorização salarial

**M**aio é o mês da data-base dos profissionais da rede estadual. O Sintep-MT coloca a Campanha Salarial na rua. A entidade fomenta junto a categoria uma reação contra a desvalorização salarial recorrente na gestão Mauro Mendes na Educação. Passados quase quatro anos de mandato, o retrocesso iniciado com o congelamento de salários por três anos, e a interrupção do cumprimento da dobra do poder de compra (Lei 501/2013), levou ao achatamento automático do piso salarial estadual, o que exige a complementação de 21,51%, retroativos a janeiro, para atingir o mínimo estabelecido pelo Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

A educação estadual já foi considerada uma das carreiras mais estruturadas no país, com valorização respeitada, sendo precursora da meta 17 do Plano Nacional de Educação. Contudo, as conquistas históricas foram desmontadas durante a gestão Mauro Mendes. Nos últimos quatro anos, a perda no poder de compra dos salários é de aproximadamente R\$ 29

mil, no período de 2018 a 2022.

O descumprimento das políticas de valorização salarial (Lei 510/2013 e Revisão Geral Anual - RGA) por três anos foi agravada com o aumento do desconto previdenciário para ativos e também aposentados e pensionistas do estado. Na tentativa de reverter a imagem negativa, o governador, às vésperas da campanha eleitoral, tenta melhorar as pesquisas de opinião, recompondo 7% de RGA. Contudo, só a inflação de 2021 superou os 10 %.

Se comparado à correção do PSPN de 2022 (33,24%) a desvalorização salarial dos educadores da rede estadual soma perda de R\$ 618,00. Os atuais R\$ 3.164,76 pagos no estado, precisam de mais 21,51% para atingir os R\$ 3.865,63.

“Reafirmamos que as condições financeiras em nosso estado são as mais favoráveis possíveis, para que possamos avançar na qualidade da educação com a devida valorização profissional”, destaca o dirigente estadual do Sintep-MT, Henrique Lopes.

## VALORIZAÇÃO SALARIAL

**Governo MT paga  
Piso Salarial 2022**

**R\$ 3.164,76**

**Piso Salarial Profissional  
Nacional 2022**

**R\$ 3.845,34**

**Piso Salarial de MT com  
a Lei 510/13 em 2022**

**R\$ 5.205,47**



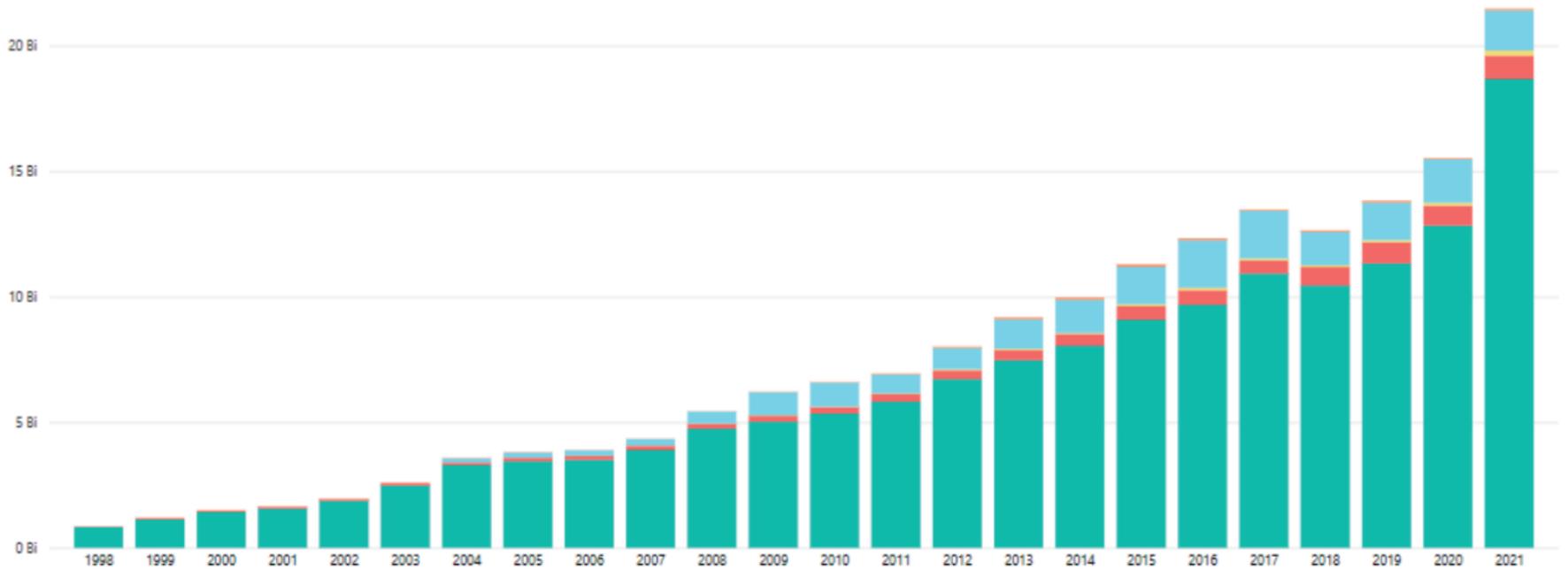
INFORME O PERÍ...  
1998 2022

ESTADO  
Seleções múltiplas

REGIÃO  
Seleções múltipl... Mato Grosso

Data de Atualização:  
15/02/2022 20:39:36

Tributos ● ICMS ● IPVA ● ITCD ● Outros Tributos ● TAXAS



Fonte: Recorte reportagem Olhar Direto

## Finanças do estado apontam que há recursos para reverter arrocho salarial

**O** Sintep-MT apresenta estudos sobre o orçamento do estado e os repasses constitucionais para a Educação, comprovando que há recursos para assegurar valorização salarial e reverter o arrocho aos trabalhadores da educação. Uma cartilha elaborada pelo sindicato, que será distribuída aos educadores da rede estadual, revela as inúmeras inconsistências nos argumentos de falta de recursos, apresentados pelo governo Mauro Mendes.

As análises sobre as finanças do estado, com base em dados do Portal da Transparência, e os argumentos do próprio governo, quando divulga que Mato Grosso bate recorde de arrecadação, superando a casa dos R\$ 21 bilhões de impostos, confirmam a viabilidade econômica.

“Esses recursos poderiam ser ainda maiores, caso não houvesse uma política de isenções e renúncias fiscais que retiraram das políticas públicas cerca de R\$ 9,5 bilhões. Vale lembrar que o previsto no orçamento estava na casa dos R\$ 4,6 bilhões, ou seja, os já beneficiários tiveram um incremento nas isenções equivalente a R\$ 3,6 bilhões para além do previsto”, disse.

Esse perfil do estado faz com que os trabalhadores exijam a atualização imediata do Piso Salarial para todos os profissionais da educação. Além de reivindicarem a instituição de uma mesa de negociação entre o Sintep-MT e o governo, para resgatar a política da dobra do poder de compras dos salários dos profissionais da educação em Mato Grosso. O objetivo é retomar a valorização, que, se fosse cumprida, elevaria o piso dos profissionais da educação para R\$ 4.895,72.

## Aposentados e pensionistas da educação



**P**ara os aposentados e pensionistas da educação estadual, a política salarial do governo Mauro Mendes foi ainda mais nefasta, após reedição no estado, da Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência). Os salários já congelados pela ausência da Revisão Geral Anual (RGA), durante três anos (2019 a 2021), e sem a política da Dobra do Poder de Compra (Lei 510/2013), sofreram o golpe, com o confisco de 14% da remuneração.

“Com a nova taxaço, o segmento, além de perder a valorização salarial, teve redução de ganhos. Atingindo a todos que recebem acima de R\$ 3.300,00, ou seja, a maioria dos servidores aposentados e pensionistas da educação”, afirma a secretária de Seguridade Social do Sintep-MT, Angelina Oliveira Costa.

Segundo a dirigente, o governo e os parlamentares favoráveis à Reforma da Previdência, que levou o confisco das aposentadorias e pensões, mentiram para a sociedade quando afirmaram que o confisco dos 14% dos salários, era uma exigência imposta pela medida do governo federal. “Essa foi uma decisão do governo Mauro Mendes

# A conquista dos 33,24% de recomposição do piso salarial é um desafio nas redes municipais

Os profissionais da educação das redes municipais de todo o estado de Mato Grosso reagem às tentativas de desconstrução da lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Orientações equivocadas de instituições como Confederação Nacional de Municípios e a própria Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) conduzem prefeituras ao descumprimento da Lei nº 11.738 do PSPN. Conquista de 2008, o PSPN dos trabalhadores da educação, é uma vitória depois de 181 anos de lutas, iniciadas ainda no Brasil Império.

Diante dessa resistência, à recomposição salarial de 2022, muitos municípios tiveram que fazer o enfrentamento com greve, como foi o caso de Peixoto de Azevedo, Colíder e Jauru. Outros, comemoram o cumprimento da lei como foi o caso de Itaúba, Guarantã do Norte, Apiacás, Nova Monte Verde, Pedra Preta, Nova Santa Helena, com a recomposição de 33,24% do piso salarial. Mas o cenário no estado é de disputa para alcançar a valorização

profissional real e com recursos assegurados.

O Piso Salarial é o valor mínimo a ser pago para o profissional da Educação Básica, em início de carreira e com formação em Ensino Médio. Valor esse corrigido com base no crescimento do valor aluno/ano Fundeb, que é composto por 20% de alguns impostos arrecadados pelos estados e repassados para os municípios, com base no número de matrículas dos alunos. O orçamento da educação conta ainda com mais 25% das receitas próprias do município destinadas para manutenção e desenvolvimento do ensino.

“Em Mato Grosso o valor aluno do Fundeb estadual tem sido acima da média nacional, o que abre as possibilidades para que o estado e seus municípios adotem uma política de valorização salarial também acima do estabelecido nacionalmente”, afirma o secretário de Redes Municipais do Sintep-MT, Henrique Lopes.



arrocho

## acumulam dois anos de perdas salariais

que foi ainda mais cruel com os aposentados e pensionistas do serviço público”, acredita Angelina.

Conforme a dirigente, o Sintep-MT prepara uma Cartilha- Aposentados Sim, Inativos, Nunca, Educadores sempre! que trata sobre a Reforma da Previdência de Mato Grosso e os impactos na vida dos Aposentados e Pensionistas. O material ajudará a esclarecer a intencionalidade dessa Reforma, com registros gráficos sobre contextos econômicos e financeiros do estado, que revelam os equívocos da edição dessa medida, que obteve aprovação da maioria dos deputados da Assembleia Legislativa. E mais, conclama a todos para participar de um enfrentamento para “estancar a sangria salarial promovida pelo governo Mauro Mendes”.

Secretaria de Seguridade Social realiza encontro das Macrorregionais do Sintep-MT

A secretaria de Seguridade Social do Sintep-MT realizará semanalmente (todas as quintas-feiras), até 14 de abril, o Encontro (virtual) de Aposentados na Macrorregionais do Sintep-MT. O objetivo é

esclarecer o tamanho do desmonte (confisco e arrocho salarial) do segmento e sensibilizar a todos e todas para a participação e luta, principalmente se tratando de um ano eleitoral no sindicato.

O Encontro traz também um momento para “Reflexões sobre saúde: pandemia e efeitos na saúde mental”. A abordagem trata sobre os sintomas que aprisionam as emoções, medicamentos e outros problemas, entre eles, como se colocar em movimento dentro desse cenário? O diálogo será conduzido pela psicóloga e psicoterapeuta convidada, Luciane Kozicz Reis Araújo.

Fique atento para a realização do Encontro na sua regional e participe!

NORTÕES I, II, III e IV .....	17/03
NOROESTE- MÉDIO NORTE I e II .....	24/03
LESTES I, II e III .....	31/03
SUL I e II .....	07/04
OESTES I II III .....	14/04



## Profissionalização

# Profuncionário é demanda gritante em Mato Grosso

O Sintep-MT realiza o **Dia D**, na defesa da profissionalização dos funcionários de escola. O evento marca a luta pela garantia e realização do curso Profuncionário no estado, abandonado desde 2017 pelo governo estadual.

Após cinco anos, a demanda segue numa crescente, com mais de 2 mil funcionários de escola da rede estadual aguardando a profissionalização, oriundos do Concurso de 2017. E, ainda, mais que o dobro dos trabalhadores nas redes municipais. Hoje, atuando sem a profissionalização específica nas áreas de: alimentação escolar, gestão escolar, infraestrutura escolar e multi-meios didáticos.

“A desativação do atendimento surge após o golpe de 2016 quando o MEC, progressivamente, desativa o apoio à oferta dos cursos, bem como, declara que a formação de funcionários não seria prioritária, com o argumento de que Estados e Municípios assumiram contratar esses serviços por meio de empresas tercei-

rizadas, na qual não se exige profissionalização”, esclarece o professor João Monlevade, um articulador e defensor da política de qualificação, tanto nacionalmente como no estado de Mato Grosso.

Apesar da tentativa de desarticulação dos atuais governos, com foco no desmonte das políticas sociais, em especial da Educação Pública, o professor Monlevade, reafirma que a política de formação profissional de funcionários – Profuncionário - permanece vigente, e assegurada pelos artigos 61 e 62-A da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB).

“Na prática, a retomada da oferta do Profuncionário dependerá da pressão dos trabalhadores da educação para reverter essa precarização estabelecida pelos gestores estaduais e muitos prefeitos.”, afirma o secretário adjunto de Funcionários do Sintep-MT, Klebis Marciano.

Diante disso, o Sintep-MT mobiliza os trabalhadores da educação para reivindicar a qualificação, numa luta virtual e presencial pelo Profuncionário.



PESQUISA



PARTICIPE!

PROBLEMAS NA ATRIBUIÇÃO DE CLASSE E/OU AULAS

SEDUC-MT/2022





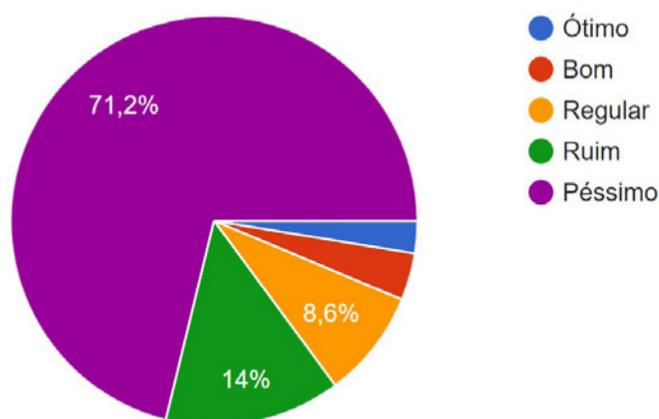
## Pesquisa

# Sintep-MT faz levantamento sobre Processo de Atribuição de classe aula 2022

O Sintep-MT disponibilizou nas redes sociais da entidade, uma pesquisa que busca saber dos trabalhadores da educação os desafios encontrados no Processo de Atribuição de Classe/Aulas da rede estadual, em 2022. O objetivo é que os dados compilados ajudem na construção de medidas que revertam prejuízos e/ou impactos provocados aos educadores da rede estadual.

A pesquisa do Sintep-MT foi publicada no dia 3 de março, e na primeira quinzena tabulou 71% dos profissionais que responderam, de forma insatisfeita a Atribuição de Classe/Aula realizada em 2022, pela Secretaria de Estado de Educação. O conceito "Péssimo" atingiu o maior percentual frente aos demais, tendo como destaque: a falta de transparência na oferta de vagas, seguido por desorganização e, problemas de acesso, no processo de atribuição.

### AValiação preliminar sobre o processo de atribuição



A realização da atribuição na rede estadual ocorreu de modo virtual, apesar das escolas estarem abertas e as aulas de forma presencial. A metodologia causou transtorno e angústia

para grande parte dos candidatos às vagas. Primeiro pela baixa qualidade do serviço de internet em várias regiões do estado, dificultando a participação. Segundo pela falta de transparência, pois sequer sabiam quantas vagas estavam sendo ofertadas para as respectivas áreas. E terceiro pelo desencontro de informações, ou a falta delas. Para muitos a metodologia significou exclusão.

O ano letivo foi retomado em 7 de fevereiro, contudo, o caos no processo levou as escolas a dispensarem estudantes por falta de professores e demais profissionais. Os problemas continuaram mesmo depois de 30 dias de aulas. As escolas sem profissionais e os trabalhadores sem atribuição.

Apesar dos desafios, 68,8% dos trabalhadores responderam à pesquisa afirmando que conseguiram atribuir, contra 39,8% que não obtiveram sucesso. Dos que atribuíram, cerca de 10% tiveram a carga horária fragmentada em três ou mais escolas.

A reclamação para 84,4% dos entrevistados foi a desorientação. A falta de respostas por parte da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT), principalmente, a demora no atendimento das DRE's - diretorias regionais. Das respostas apresentadas, 73,5% disseram não terem conseguido atendimento, nem do órgão central, nem das DRE's.

Para o Sintep-MT é importante o maior número de contribuição dos trabalhadores da educação na pesquisa. "Ela auxiliará como documento para reformulação do processo para 2023. E, ainda, subsidiará o diálogo com o governo para reafirmar a participação dos representantes dos trabalhadores nas decisões que implicam diretamente com a vida profissional dos educadores", concluiu o presidente do Sintep-MT, Valdeir Pereira.

O questionário está disponível no Facebook, site e link no instagram, e por whatsapp do Sintep-MT.



# A “Herança” do Governo Mauro Mendes aos educadores de Mato Grosso

**P**arafraseando o ex-presidente Lula, “nunca na história desse país”, os servidores públicos sofreram tantos ataques diretos às conquistas históricas que já estavam estabelecidas e consolidadas, inclusive, por meio de Leis. Seguindo a mesma linha bolsonarista do governo federal, em Mato Grosso, o governador Mauro Mendes marca sua gestão com um rastro de desvalorização e desrespeito ao funcionalismo público, em especial, quando se trata das carreiras do conjunto de trabalhadores da Educação.

## MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Não é à toa que, dentre as carreiras do executivo estadual, os educadores amargam o último lugar no quesito remuneração: são os que recebem o menor salário, mesmo diante da relevância que o Ensino Público tem em qualquer sociedade. Desde que assumiu o governo do estado de Mato Grosso, Mauro Mendes não se fez de rogado em atuar de modo a privilegiar seus amigos empresários e tratar a educação como mera mercadoria.

Dentre as “heranças” de seu governo, podemos citar a mercantilização da educação, quando, mesmo já tendo livros didáticos distribuídos gratuitamente pelo MEC (Ministério da Educação), preferiu lançar edital com uma licitação de nada mais, nada menos que R\$ 2,8 milhões para aquisição de apostilas. E o curioso de todo esse gasto vultoso, é que o conteúdo de tais apostilas é praticamente cópia do conteúdo presente nos livros didáticos.

## POLÍTICA DE MERITOCRACIA

No entanto, os gastos que apenas favorecem a iniciativa privada, empregados pelo governador Mauro Mendes, vão além do sistema apostilado. Ao passo em que se nega a conceder o pagamento da RGA (Revisão Geral Anual) dos servidores, promete implementar um sistema de “meritocracia” dentro do sistema educacional do estado. No início de 2021, anunciou aos quatro ventos que tal modelo iria “premiar” os “bons profissionais”.

Em entrevista publicada no Portal Gazeta Digital, do dia 03/02/2021, trecho da reportagem revela o que Mauro Mendes pensa da Educação e dos educadores.

*“Em seu discurso na Assembleia legislativa na terça-feira (2), Mendes afirmou que a educação ‘envergonha a todos nós’. De acordo com o governo, apesar dos professores terem um dos ‘melhores salários’ do país, está entre os piores desempenhos no ensino médio”. (Trecho extraído do Portal Gazeta Digital de 03/02/2021)*

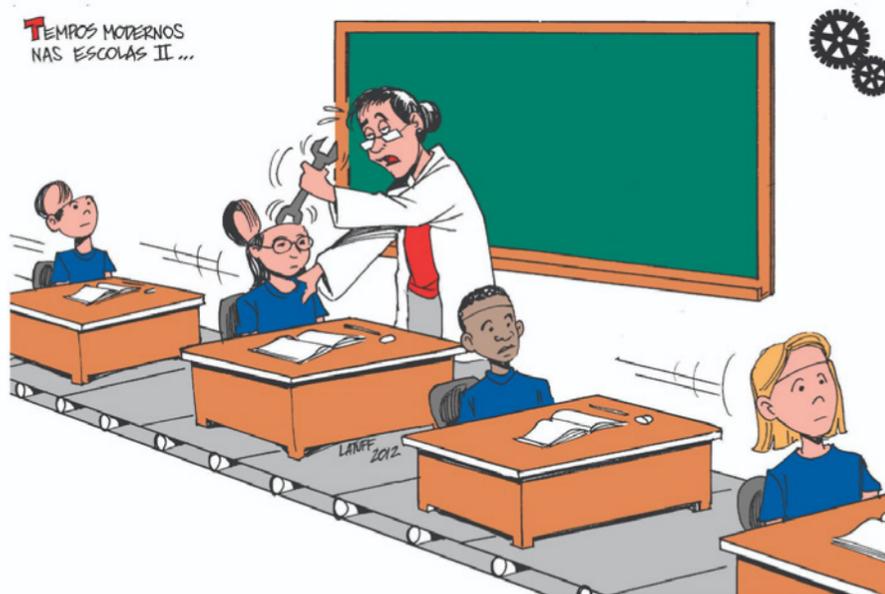
Em outro texto, a matéria reproduz outra fala nefasta de Mendes, que prometeu enviar à Assembleia Legislativa um Projeto de Lei chamado “meritocracia”.

*“Nós precisamos de resultados. É preciso ter métodos ‘mais consistentes’ de avaliação e premiar os resultados”. (Trecho extraído do Portal Gazeta Digital de 03/02/2021)*

## MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS

Não bastasse camuflar sua incompetência em oferecer uma estrutura digna para a Educação Pública em Mato Grosso, visto que temos escolas até hoje caindo aos pedaços, com teto desabando sob ameaça de qualquer chuva, banheiros sem pia e vasos sanitários degradantes, ainda temos sua interferência política dentro da organização escolar. Mauro Mendes atende à agenda do governo federal e segue militarizando, compulsoriamente, diversas escolas estaduais. Fingiu realizar audiências públicas, mas usando do pretexto da pandemia, em diversas dessas reuniões, não permitiu a entrada da comunidade escolar para opinar sobre a alteração do regime na escola, deixando dentro dessas audiências de “fachada”, apenas pessoas com posicionamento

## MERITOCRACIA X APRENDIZAGEM



ultra-direitista.

Além disso, fere de morte a Gestão Democrática, assegurada na Lei nº 7.040, quando, arbitrariamente, instituiu Processo Seletivo para a escolha dos diretores escolares, recriando a “Era Campos”, onde o compadrio político reinava no ambiente escolar.

## ARROCHO SALARIAL – DESRESPEITO À LEI 510/13

Revelando ainda o tom contraditório da gestão Mendes, mostrando sua evidente divergência entre seu discurso e sua prática, sorratamente, ingressou com ação que resultou na Inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 510/2013, que assegurava a Dobra do Poder de Compra dos educadores de Mato Grosso, com a correção salarial gradativa num período de 10 anos. Mesmo sendo um estado que figura entre os maiores PIB's do país, o governador alegou não ter previsão orçamentária para conceder os reajustes. Com isso, mais uma vez, o trabalhador da educação é desvalorizado e tem seus salários engolidos por uma inflação galopante.

## “PREFEITURIZAÇÃO” DE MATRÍCULAS E REDUÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Outro duro golpe do governo de Mato Grosso sobre o Ensino Público na gestão Mendes, foi o Decreto nº 723/2020, que transfere a responsabilidade do governo do estado sobre as matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental, para os municípios. Essa “prefeiturização” de matrículas vai resultar em um verdadeiro caos na rede municipal de ensino. Isso porque, atualmente, a maioria dos municípios não tem capacidade financeira para arcar sozinha com essa demanda, sendo que nem mesmo consegue atender por completo sua responsabilidade com a educação infantil.

Além do mais, tal medida coloca em risco a função de cerca de 3 mil pedagogos que ficarão sem os seus postos de trabalho, tendo que ser realocados em outras funções para as quais não tem formação para atuarem. Nas redes municipais, o risco é de precarização da carreira e até mesmo atraso de salários, já que a folha dos municípios irá “inchar” e muitos não terão dinheiro para cumprir com suas obrigações financeiras.

Essa é a herança deste governo que passou como um trator sobre os direitos de milhares de trabalhadores da Educação do estado de Mato Grosso. Esperamos que este ano de 2022, um ano eleitoral, possamos ter a consciência do voto para agir em unidade e termos, no futuro, esperança de dias melhores.